

O POLICIAL PENAL DO SÉCULO XXI: DESAFIOS, COMPETÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NA EXECUÇÃO PENAL



Uma entrevista com Pedro das Neves sobre o projeto PO21, os achados da pesquisa e o que ela revela sobre o presente e o futuro da atuação na profissão penal

ENTREVISTADO:

PEDRO DAS NEVES¹

ENTREVISTADORA:

ANE CRISTINE DA SILVA²

O projeto O Policial Penal do Século XXI (Prison Officers for the 21st Century - PO21) é uma iniciativa financiada pela Comissão Europeia, com o objetivo de modernizar e harmonizar a formação dos policiais penais na Europa. Desenvolvido entre 2019 e 2022, é coordenado por Pedro das Neves, CEO da *IPS Innovative Prison Systems*, em parceria com o Bsafe LAB, da Universidade da Beira Interior (Portugal), e conta com a colaboração de instituições de países europeus ligadas à gestão penitenciária, formação profissional e universidades e sindicatos e associações profissionais.

1 Especialista português em justiça criminal e sistemas correccionais, com 25 anos de experiência em reformas da administração pública e inovação no setor da justiça. É CEO da *IPS Innovative Prison Systems*, uma empresa de pesquisa, consultoria e desenvolvimento tecnológico especializada em serviços prisionais e de reinserção social, e diretor executivo da *ICJS Innovative Criminal Justice Solutions Inc.*, com sede no Canadá e *ICJS Innovative Criminal Justice Solutions LLC* com sede nos Estados Unidos. Além disso, é fundador e editor da revista *Justice Trends*, que aborda práticas e inovações no sistema de justiça criminal. Pedro iniciou o seu envolvimento com o sistema prisional aos 16 anos, como voluntário em visitas a prisões. Mais tarde, como consultor de gestão, liderou projetos de desenvolvimento organizacional em serviços prisionais, expandindo a sua atuação para mais de 52 países. É licenciado em Sociologia (UBI) e possui mestrado em Estudos Europeus pelo College of Europe, em Bruges. Complementou a sua formação com cursos em instituições como a Universidade de Virgínia, o MIT, e a Universidade de Chicago. Pedro é membro do conselho de administração da *International Corrections and Prisons Association (ICPA)*, consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da *United Nations Office on Drugs and Crime (Unodc)* e participa em grupos de especialistas da Comissão Europeia nas áreas de formação judicial e mandado de detenção europeu.

2 Ane Silva é Policial Penal Federal, possui graduação em Jornalismo, especialização em Gestão da Comunicação Organizacional e mestrado em Comunicação (UnB). Atua há mais de 10 anos com estratégias de comunicação no setor público e privado. Atualmente, é assessora de comunicação estratégica na Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), membro do Comitê Executivo da Revista Brasileira de Execução Penal e contribui com a curadoria educacional no Ministério da Justiça e Segurança Pública na temática da Comunicação. É docente convidada da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e conteudista de cursos da Escola Nacional de Serviços Penais (Espen). Integra a Rede LideraGOV e a Rede de Mulheres Negras Líderes da Administração Pública.

Entre os principais objetivos do projeto estiveram a identificação das competências atuais e emergentes exigidas aos guardas prisionais, o desenvolvimento de perfis profissionais e currículos de formação inicial e contínua ajustados às necessidades do setor prisional, a promoção do reconhecimento mútuo das qualificações profissionais e o incentivo à mobilidade laboral no espaço europeu.

O PO21 também criou uma plataforma para partilha de conhecimentos e boas práticas em matéria de formação e gestão prisional. Como resultado do projeto, foram desenvolvidas recomendações específicas para políticas públicas de formação e mobilidade profissional, um Perfil Profissional Europeu do Guarda Prisional que define competências essenciais para a profissão, e um currículo de formação modular com 28 módulos, adequado à formação inicial e contínua. Foi criada também uma biblioteca digital (Biblioteca PO21) com recursos de formação sobre temas essenciais como direitos humanos, saúde mental, ética profissional e segurança dinâmica, e um Guia de Incidentes Críticos com cenários práticos para reforçar a tomada de decisões críticas em contexto prisional.

Nesta entrevista à Revista Brasileira de Estudos Penitenciários, Pedro das Neves, coordenador do projeto PO21, especialista em justiça criminal e CEO da *IPS Innovative Prison Systems*, compartilha os principais achados da pesquisa e analisa como as transformações na carreira dos policiais penais dialogam com os contextos brasileiro e internacional. Ele trata de temas competências emocionais, segurança dinâmica, inovação tecnológica e formação continuada e desenvolvimento de habilidades e competências como comunicação, gestão de riscos, mediação de conflitos nos espaços prisionais, uso de tecnologias, entre outros. Com mais de 25 anos de atuação internacional no campo das políticas penais, o pesquisador propõe uma reflexão fundamentada e crítica sobre o papel estratégico dos policiais penais na promoção da segurança pública e da reintegração social.

Ane Silva - O seu relatório final mostra que os policiais penais que integram o *corpus* de pesquisa desempenham uma ampla gama de funções, que vão desde a segurança e vigilância até o acompanhamento psicológico e social das pessoas privadas de liberdade. Como você interpreta essa multiplicidade de atribuições? Elas representam um risco de sobrecarga ou uma evolução esperada no papel do policial penal?

Pedro das Neves – Os policiais penais, de fato, desempenham uma ampla gama de funções, nas quais se inclui também o apoio psicológico e social das pessoas privadas de liberdade, complementar ao tratamento especializado que é realizado pelos profissionais específicos dessas áreas. A multiplicidade

de atribuições observada reflete, sobretudo, uma mudança na perspectiva do sistema penitenciário, que deixou de ter uma abordagem exclusivamente punitiva para incorporar uma visão voltada à reabilitação e reintegração social. Essa evolução no papel do policial penal é esperada e desejável, pois tais profissionais estão diariamente próximos das pessoas privadas de liberdade, influenciando diretamente o ambiente prisional e o seu comportamento. Assim, eles acabam assumindo papéis diversos, tais como modelos de comportamento, motivadores e até mesmo primeiros socorristas em situações emergenciais.

Por outro lado, essa diversificação de tarefas pode gerar, sim, uma sobrecarga para os policiais penais, especialmente considerando que essas novas responsabilidades muitas vezes já assumidas não são formalmente reconhecidas nas descrições oficiais de suas atribuições profissionais, nem devidamente valorizadas.

Um exemplo dessa dualidade aparece claramente nos resultados do questionário aplicado no PO21. Nele, ficou evidente que os policiais penais reconhecem a importância da reabilitação, destacando-a como um objetivo essencial do sistema prisional. No entanto, no cotidiano da prisão, prevalecem preocupações imediatas relacionadas à disciplina, segurança e respeito à autoridade, que exigem uma postura mais corretiva.

Embora a ampliação das atribuições dos policiais penais represente uma evolução importante para o papel desses profissionais no contexto da ressocialização, também evidencia desafios práticos significativos, incluindo o risco real de sobrecarga de trabalho – e de dificuldade de lidar com a eventual dualidade da função segurança-reabilitação -, exigindo políticas claras de capacitação, reconhecimento profissional e suporte institucional adequado.

Ane Silva - A aplicação da metodologia DACUM possibilitou a avaliação das competências essenciais da profissão, tanto as atuais quanto as futuras da profissão, além da identificação de comportamentos e habilidades centrais. Pode falar um pouco mais sobre essa metodologia e como a sua aplicação contribuiu para os resultados apresentados no relatório?

Pedro das Neves- A metodologia Dacum (*Developing A Curriculum*) consiste no desenvolvimento de perfis profissionais por meio da identificação detalhada das funções, tarefas, competências, atitudes, conhecimentos necessários, formação exigida e necessidades de capacitação profissional. Esse processo é conduzido diretamente pelos próprios profissionais da área analisada. Tipicamente, cerca de 15 a 20 profissionais são reunidos e, organizados em pequenos grupos com a mediação de um facilitador especializado, realizam essa identificação de maneira colaborativa (No caso do PO21, cerca de 100

profissionais de distintos países participaram nesse exercício.). Essa abordagem caracteriza-se por ser participativa e descentralizada (*bottom-up*), o que possibilita que os próprios profissionais, que possuem uma visão privilegiada da realidade cotidiana e das atribuições práticas, contribuam diretamente na definição das suas necessidades de formação, em contraste com abordagens mais centralizadas e administrativas.

Dessa forma, a aplicação da metodologia Dacum contribuiu significativamente para os resultados apresentados no âmbito do projeto PO21, que teve a duração de 3 anos, pois permitiu, entre muitos outros resultados, identificar com precisão as competências essenciais, atuais e futuras, além dos comportamentos e habilidades centrais exigidos pela profissão. Além disso, proporcionou aos participantes um espaço importante para reflexão sobre seu papel profissional, permitindo-lhes expressar as lacunas e desafios percebidos em seu cotidiano, ampliando, assim, o grau de assertividade das recomendações e propostas de formação presentes no relatório.

Ane Silva - Portugal, Romênia, Bélgica e Alemanha enfrentam desafios semelhantes, como o envelhecimento da população carcerária e o avanço das novas tecnologias. Quais foram as principais convergências identificadas entre esses países e, na sua avaliação, de que forma os achados do estudo podem contribuir para aprimorar as políticas e práticas no sistema penitenciário brasileiro?

Pedro das Neves – Estes países, possuem sistemas penitenciários distintos em termos de estrutura, regulamentos e população prisional, mas compartilham desafios comuns relacionados principalmente ao envelhecimento da população carcerária e ao avanço das novas tecnologias. Apesar das diferenças aparentes, o estudo identificou diversas convergências significativas, especialmente no que diz respeito às práticas e necessidades formativas dos profissionais penitenciários.

A maioria dos policiais penais nesses países possui nível de ensino médio completo, indicando uma base educacional semelhante que influencia as necessidades de formação profissional inicial e contínua. Em relação à formação inicial, os policiais penais destacaram como áreas fundamentais o entendimento claro da missão dos serviços prisionais, o conhecimento aprofundado da lei, dos regulamentos e procedimentos que afetam a rotina prisional, a segurança dinâmica e o desenvolvimento de relações adequadas com as pessoas privadas de liberdade. Por outro lado, questões essenciais como saúde mental, bem-estar pessoal, prevenção ao suicídio e automutilação, bem como a análise de riscos, embora consideradas extremamente importantes pelos profissionais,

muitas vezes recebem menor atenção na formação inicial, indicando uma área clara para melhoria.

Em termos de formação contínua, os temas que emergiram como prioritários foram relacionados à segurança e ao uso adequado da força, além do apoio ao desenvolvimento pessoal e profissional dos policiais penais. Observa-se também uma transição metodológica interessante entre formações predominantemente estruturadas em salas de aula tradicionais, para formações que utilizam com maior frequência recursos audiovisuais como filmes e vídeos educativos, além de técnicas práticas como demonstrações e simulações ou *role play*, o que contribui para uma aprendizagem mais interativa e efetiva.

Outro ponto convergente importante são as competências interpessoais e pessoais consideradas essenciais pelos profissionais. Eles destacam especialmente a necessidade de desenvolver habilidades para lidar com situações emergenciais e desafios cotidianos através de uma comunicação eficaz e de relacionamentos construtivos com as pessoas privadas de liberdade, valorizando mais estas competências do que a própria aplicação direta de força física. É importante reconhecer que a qualidade dessa relação profissional com pessoas privadas de liberdade também desempenha um papel fundamental na obtenção de informações relevantes para inteligência prisional, contribuindo diretamente para o gerenciamento eficaz da segurança e prevenção de incidentes no ambiente carcerário.

Quanto aos conhecimentos emergentes que demandam atenção especial na formação dos policiais penais, destacaram-se de maneira clara temas como saúde mental, prevenção e combate à radicalização, tecnologias avançadas de segurança, combate ao crime organizado, uso eficiente das tecnologias de informação e comunicação (TIC), e, em menor intensidade, aspectos relacionados com o lidar com o envelhecimento da população prisional.

Esses achados podem ter relevância também para o contexto brasileiro, oferecendo subsídios para aprimorar políticas públicas e práticas profissionais no sistema penitenciário. Embora o contexto brasileiro seja distinto do europeu, especialmente considerando particularidades socioeconômicas e culturais e de cultura prisional, há experiências comuns que podem ser compartilhadas e adaptadas ao contexto local. A aplicação da metodologia Dacum no Brasil, por exemplo, poderia auxiliar na identificação mais precisa das necessidades formativas específicas dos profissionais penais brasileiros, garantindo maior alinhamento das práticas formativas à realidade local. Ao envolver diretamente os profissionais no diagnóstico de suas necessidades e desafios, seria possível estruturar uma formação mais assertiva e adaptada, potencializando tanto a

eficiência operacional quanto a capacidade do sistema penitenciário nacional em cumprir seus objetivos de segurança e ressocialização.

Ane Silva - Ainda sobre o envelhecimento da população privada de liberdade e o aumento de pessoas com doenças mentais, o relatório recomenda a capacitação dos profissionais da execução penal em cuidados geriátricos e atenção psicossocial. De que forma essa capacitação pode impactar a atuação desses profissionais?

Pedro das Neves - Considerando o imperativo ético e legal de respeitar e preservar a dignidade e os direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, a capacitação dos profissionais da execução penal em lidar com pessoas mais velhas e atenção psicossocial é fundamental. Essa formação especializada permite aos profissionais do sistema penitenciário um conjunto ampliado de habilidades e respostas eficazes, capacitando-os para identificar precocemente e responder adequadamente a situações complexas envolvendo indivíduos idosos ou com transtornos mentais. Essa capacitação tem um impacto significativo na atuação dos profissionais, permitindo-lhes encaminhar rapidamente os indivíduos que necessitam de apoio psicológico ou psiquiátrico especializado, intervir corretamente durante crises ou surtos psicóticos, e reconhecer antecipadamente sintomas de possíveis crises, facilitando uma abordagem preventiva eficaz.

Essas competências adicionais têm um efeito positivo não apenas na gestão de situações críticas imediatas, mas também na criação de um ambiente prisional mais seguro, estável e humanizado. A capacitação especializada permite ainda o desenvolvimento de estratégias preventivas eficazes, reduzindo situações extremas de crise, promovendo uma cultura organizacional mais adequada às necessidades desses grupos e, conseqüentemente, fortalecendo o compromisso institucional com a segurança, a reabilitação e reintegração social.

Ane Silva - A pesquisa também aborda a questão da militarização e desmilitarização da carreira dos policiais penais. De que forma esses processos impactaram a profissão ao longo dos anos? Houve mudanças significativas nas atribuições, na cultura organizacional ou nas relações dentro do ambiente de trabalho? Além disso, considerando experiências internacionais, você acredita que há modelos que possam servir de referência para o Brasil nesse aspecto?

Pedro das Neves – O estudo abordou indiretamente os processos de militarização e desmilitarização da carreira dos policiais penais, destacando que essas transformações tiveram impactos profundos ao longo dos anos. A desmilitarização dos sistemas penitenciários, especialmente observada em países do leste europeu como a Romênia, a Bulgária, a Hungria e a Polónia,

entre outros, marcou uma transição significativa, pois, embora esses sistemas tenham se tornado civis, mantiveram uma estrutura organizacional e sistema de carreira com patentes semelhantes às militares, equilibrando a disciplina institucional e flexibilidade na gestão civil. A transição para um modelo civil favoreceu uma maior ênfase na reabilitação, no respeito aos direitos humanos e na construção de relações interpessoais positivas, sem negligenciar a importância das questões de segurança e disciplina

Ao contrário da centenária Gendarmería de Chile, alguns países viram recentemente a transformação de guardas prisionais ou agentes penitenciários em policiais penais (como a Itália nos anos 1990, a Romênia em 2019 e o Brasil na atualidade) trouxe e traz consigo tanto riscos quanto vantagens claramente identificáveis. Entre os riscos identificados, destacam-se a resistência inicial de alguns setores da sociedade, devido ao receio de uma abordagem excessivamente focada na segurança na execução penal, a possível dificuldade em redefinir claramente as atribuições e responsabilidades, além do desafio de adaptar a cultura organizacional às novas exigências da profissão.

Por outro lado, as vantagens dessa transformação são também importantes. Elas incluem maior reconhecimento público e institucional da profissão, valorização profissional e, normalmente, a equiparação salarial com outras forças policiais. Podem também proporcionar aos profissionais o acesso a benefícios e direitos específicos das forças de segurança pública, como aposentadoria especial e adicionais por periculosidade. Essa transformação contribui ainda para a integração mais efetiva dos policiais penais ao sistema geral de segurança pública, favorecendo a troca de informações e coordenação de ações conjuntas, além de possibilitar maior autonomia operacional e especialização no combate ao crime organizado e na gestão inteligente da segurança prisional.

No contexto internacional, modelos como os adotados na Romênia e Itália exemplificam claramente como essas transformações podem ser positivas. Esses países conseguiram manter um alto nível de disciplina e eficácia operacional ao mesmo tempo em que promoveram maior valorização e especialização das carreiras penitenciárias. Além disso, destacam a importância de valorizar outras carreiras profissionais dentro do sistema prisional, como especialistas de saúde, psicólogos, assistentes sociais, educadores, peças fundamentais no processo de reabilitação e reintegração dos indivíduos privados de liberdade.

Ane Silva Um dos achados mais potentes da pesquisa é a ênfase nas competências emocionais, como escuta ativa, autocontrole e empatia. A presença dessas habilidades na rotina dos policiais penais contrasta com a visão tradicional baseada na força e no controle. O que motivou

essa mudança de perspectiva? Além disso, poderia falar mais sobre a importância dessas competências para o Policial Penal do século XXI?

Pedro das Neves - Essa mudança ocorreu devido à transição de uma perspectiva predominantemente punitiva para uma abordagem voltada à reabilitação e ressocialização, juntamente com um respeito crescente pelos direitos humanos e pela dignidade das pessoas privadas de liberdade. Reconhece-se, atualmente, que esses indivíduos têm trajetórias complexas, frequentemente influenciadas por condições socioeconômicas desfavoráveis, que impactaram significativamente suas decisões e comportamentos.

Além disso, há evidências científicas sólidas sobre o que funciona e o que não funciona em termos de segurança e reabilitação prisional no médio e longo prazo. Estudos mostram que práticas como isolamento prolongado ou a socialização exclusiva entre pessoas privadas de liberdade têm efeitos negativos comprovados, intensificando comportamentos antissociais e reduzindo as chances de reintegração bem-sucedida à sociedade.

Uma perspectiva eficaz na gestão prisional considera o longo prazo, partindo do princípio de que o indivíduo privado de liberdade retornará, eventualmente, à comunidade. A questão central torna-se, portanto, quem gostaríamos de ter como vizinho, encontrar nas ruas ou compartilhar um transporte público: alguém que retorna ao crime ou alguém que busca oportunidades legítimas para transformar sua vida?

Nesse contexto, as competências emocionais, como escuta ativa, autocontrole e empatia, tornaram-se fundamentais para o policial penal contemporâneo, pois esses profissionais estão em contato direto com os indivíduos privados de liberdade durante todo o dia. Essas competências são essenciais não só para garantir um ambiente pacífico nos estabelecimentos prisionais, mas também para servir como modelos pessoais positivos, oferecendo referências às quais as pessoas privadas de liberdade possam aspirar.

A escuta ativa possibilita uma compreensão das motivações, aspirações, necessidades e desafios individuais, permitindo intervenções mais eficazes e personalizadas. O autocontrole permite aos policiais penais gerenciarem conflitos com serenidade e racionalidade, evitando que situações tensas se agravem e promovendo segurança tanto para os profissionais quanto para as pessoas privadas de liberdade. Além disso, demonstra aos internos um modelo de comportamento estável e positivo.

A empatia possibilita compreender as circunstâncias pessoais e sociais que motivam alguns comportamentos.

Nesse âmbito, a segurança dinâmica, caracterizada pelo desenvolvimento de relações profissionais baseadas na confiança entre policiais penais e indivíduos privados de liberdade, assume importância

estratégica. Essas relações são também essenciais não apenas para manter a segurança nas unidades prisionais, mas também para a coleta eficaz de informações relevantes para a inteligência prisional, antecipando e prevenindo situações de risco.

As competências emocionais são centrais na atuação do policial penal moderno, contribuindo para uma cultura prisional baseada no respeito, dignidade humana e na criação de oportunidades concretas para a reintegração social efetiva das pessoas privadas de liberdade. Ao longo dos últimos 25 anos ouvi muitas pessoas privadas de liberdade relatar que mudaram a sua vida graças a um profissional ou policial penal que lhes deu uma oportunidade e os motivou para mudança de vida, numa oficina de trabalho, numa quadra de esporte...

Ane Silva - Em várias partes do relatório, nota-se uma tensão entre a função de segurança e o papel do facilitador da reintegração social. Essa dualidade se reflete na recomendação de envolvimento direto dos policiais penais em atividades de reabilitação. Como essa ambivalência é percebida pelos próprios profissionais?

Pedro das Neves - Essa ambivalência é percebida pelos próprios profissionais como um desafio complexo e de difícil gestão, exigindo uma grande capacitação técnica e emocional, mas devidamente reconhecida, já que são eles que passam mais tempo com os indivíduos privados de liberdade e possuem maior conhecimento da sua situação. Nesse contexto, a formação contínua é essencial para capacitar adequadamente os profissionais, ajudando-os a gerir eficazmente essa ambivalência e a desempenhar com sucesso tanto a função de segurança quanto o papel de facilitador da reintegração social.

Em Portugal, por exemplo, verifica-se por um lado, a vontade dos guardas prisionais de terem seu papel reconhecido nas atividades de apoio à reabilitação, incluindo o interesse em participar diretamente nos conselhos técnicos que avaliam pedidos de liberdade condicional. Mas também se observa resistência por parte de alguns profissionais que, legitimamente, rejeitam assumir ambas as funções, especialmente quando isso pode comprometer a segurança prisional devido à falta de efetivos. Na Bélgica, foi decidida uma abordagem diferenciada, criando um perfil que separa as funções entre profissionais responsáveis pela segurança perimetral e aqueles que têm contato direto e diário com as pessoas privadas de liberdade, com capacitações específicas para cada grupo. Já na Alemanha, essa dualidade é encarada naturalmente, refletindo uma visão institucional consolidada sobre o tema, o que ressalta ainda mais o valor estratégico de uma formação adequada e contínua dos policiais penais.

Ane Silva - A pesquisa destaca a crescente presença de tecnologias, como sistemas de radiocomunicação, controle digital de acessos e uso de drones, além de novas competências em tecnologia da informação. Como os profissionais têm reagido a essa digitalização do ambiente prisional?

Pedro das Neves - Os profissionais reagem de forma variada à digitalização do ambiente prisional. Alguns mostram resistência à mudança, especialmente pela falta de compreensão dos benefícios de algumas tecnologias. No entanto, há uma crescente consciência da importância dessas ferramentas digitais, não só para reforçar a segurança e os processos operacionais, mas também para melhorar significativamente os processos de reabilitação.

Todos nós compreendemos como a implementação de audiências virtuais – sobretudo durante a pandemia - possibilitou maior rapidez e eficiência nos processos judiciais, enquanto a telemedicina garantiu acesso mais ágil e eficaz a serviços de saúde essenciais, minimizando deslocamentos e custos operacionais. Infelizmente, em muitas jurisdições, há profissionais não têm ainda acesso ou conhecimentos do uso de sistemas avançados de radiocomunicação digital, de controle biométrico de acessos, de sistemas para abatimento de drones ou do uso de drones para monitoramento e detecção de contrabando, do uso de body scanners, do uso de câmeras corporais e de sistemas inteligentes como CCTV, de sistemas de RTLS (localização em tempo real), de plataformas integradas de gestão e informação de ofensores ou de plataformas integradas de gestão de segurança física (PSIM).

Se não têm acesso ou não compreendem as tecnologias de segurança, terão maior dificuldade em aceitar tecnologias que visam apoiar significativamente os processos de reintegração social, como é o caso das plataformas de e-learning para educação e formação contínua das pessoas privadas de liberdade, de *tablets* com conteúdos educativos, ou sistemas seguros de comunicação, como áudio ou videochamadas monitoradas, que ajudam na manutenção dos laços familiares e comunitários, reduzindo tensões internas, mas também na segurança e inteligência penitenciárias.

Neste contexto, torna-se fundamental apostar na formação contínua dos profissionais penitenciários, para que estejam preparados, capacitados e motivados a integrar plenamente essas tecnologias na sua rotina profissional, superando resistências e contribuindo ativamente para uma gestão penitenciária mais eficaz e humana.

Ane Silva - A necessidade de uma formação contínua especializada, que vá além do treinamento inicial, é um ponto recorrente no relatório. Quais seriam, na sua visão, os conteúdos indispensáveis para preparar o policial penal do século XXI?

Pedro das Neves - O contexto prisional acompanha as transformações constantes do mundo atual, sendo impactado diretamente por mudanças externas trazidas muitas vezes pelas próprias pessoas privadas de liberdade. O surgimento de novos tipos de criminalidade associados às tecnologias, a circulação de novas substâncias ilícitas dentro das unidades prisionais, o crime organizado de características transnacionais, fenômenos de radicalização e extremismo violento, os desafios crescentes relacionados à saúde mental e o aumento da diversidade cultural, por exemplo, vão tornando evidente que uma formação inicial estática já não é suficiente. Torna-se necessária, portanto, uma formação contínua especializada e adaptativa, capaz de responder efetivamente a essas novas realidades.

O PO21 desenvolveu um referencial completo de formação profissional que foi construído com contribuições diretas de policiais penais de vários países europeus, utilizando métodos ativos como a técnica dos incidentes críticos. Essa abordagem coloca os profissionais em situações hipotéticas que reproduzem dilemas, conflitos e problemas reais vividos diariamente nos ambientes prisionais, obrigando-os a buscar soluções práticas por meio de discussões aprofundadas ou simulações de situações reais.

Para além dos temas relacionados à segurança física, os conteúdos indispensáveis para preparar adequadamente os profissionais penais e os policiais penais do século XXI incluem temas como segurança dinâmica, gestão avançada de crises e conflitos, saúde mental e apoio psicossocial, prevenção e intervenção em casos de suicídio e automutilação, técnicas avançadas de comunicação e relacionamento interpessoal, empatia e escuta ativa, autocontrole emocional, identificação e prevenção de radicalização, segurança digital e tecnologia aplicada à gestão prisional, interculturalidade e diversidade cultural, e estratégias para lidar com novas formas de criminalidade tecnológica.

Adicionalmente, é crucial que esses conteúdos sejam abordados com metodologias ativas e participativas, que estimulem a constante reflexão crítica e o aperfeiçoamento contínuo dos profissionais. A formação contínua deve ser encarada como um processo dinâmico e permanente, permitindo que os profissionais desenvolvam uma capacidade adaptativa às mudanças sociais e institucionais, tornando-se não apenas um gestor de segurança, mas também um agente fundamental no processo de reabilitação e reintegração social das pessoas privadas de liberdade.

Ane Silva - Diante de tantas transformações, qual deve ser o perfil de policial penal que precisamos formar nos próximos 10 anos? E quais os riscos caso essa formação não acompanhe essas novas exigências da profissão?

Pedro das Neves - O estudo PO21 delineou um perfil profissional europeu baseado em contribuições de profissionais penitenciários de Portugal, Bélgica, Romênia e Alemanha, mas consensualizado com profissionais de muitos outros Estados Membros da União Europeia e que foi proposto à Comissão Europeia. Embora esse perfil seja generalista devido às especificidades locais e até mesmo diferenças internas entre os próprios sistemas prisionais, é abrangente e enfatiza fortemente aspectos relacionados à promoção da reabilitação, respeito pela dignidade humana, segurança institucional, digitalização, trabalho em equipe e colaboração interagências.

Nos próximos 10 anos, é essencial formar profissionais penais que sejam capazes de assegurar segurança e condições dignas dentro das unidades prisionais, garantindo direitos fundamentais e respeito à dignidade de pessoas privadas de liberdade, funcionários e visitantes. Esses profissionais deverão atuar de forma ética, mantendo relações profissionais marcadas por integridade, justiça e cumprimento das regras, servindo simultaneamente como exemplos positivos para as pessoas privadas de liberdade. Devem ser capazes de informar claramente pessoas privadas de liberdade e visitantes sobre regulamentos internos, ajudar as novas pessoas privadas de liberdade a se adaptarem à vida prisional e observar com atenção os ambientes internos para detectar precocemente quaisquer situações que possam comprometer a ordem e a segurança institucional.

O profissional penal do futuro também precisará informar rapidamente as hierarquias sobre eventuais infrações disciplinares e situações críticas, como riscos de bullying ou suicídio, elaborando relatórios claros e úteis para a tomada de decisões gerenciais. Além disso, deverá garantir um rigoroso controle de entrada e saída de pessoas e bens nos estabelecimentos prisionais, prevenir e denunciar atos ilegais e contrários aos regulamentos, atuando e colaborando eficazmente com outras agências responsáveis pela aplicação da lei para assegurar segurança institucional e pública. Será crucial que esses profissionais também tenham habilidades para supervisionar o comportamento das pessoas privadas de liberdade em diferentes contextos — trabalho, refeições, recreação — para prevenir e agir em caso de distúrbios e fugas. Devem estar preparados para patrulhar áreas prisionais, realizar inspeções periódicas às celas e conduzir revistas, quando necessário, sempre com respeito aos direitos humanos. Outra competência essencial envolve a participação ativa e motivadora em programas de reabilitação, estimulando o engajamento efetivo das pessoas privadas de liberdade nesses programas. Além disso, deverão estar aptos a utilizar ferramentas digitais avançadas que apoiem tanto a segurança quanto os processos de reabilitação.

A colaboração com outros serviços e profissionais para compartilhar informações relevantes será vital para uma execução penal eficaz,

fortalecendo a capacidade institucional de resposta e prevenção a situações críticas e riscos potenciais.

Caso a formação profissional não acompanhe essas novas exigências, os riscos são significativos. Um descompasso na capacitação pode resultar em aumento dos conflitos internos, prejuízos à segurança institucional e perda de oportunidades cruciais para a segurança dos presídios, dos que ali cumprem pena e ali trabalham e para a reintegração social egressos. Além disso, pode comprometer o respeito aos direitos humanos, agravar problemas de saúde mental e dificultar uma atuação preventiva e inteligente diante das complexidades atuais dos sistemas prisionais.